

Apesar do discurso crítico, Braga de Macedo não está pessimista quanto ao potencial de crescimento do país: “Tenho uma confiança grande de que Portugal pode sair da recessão e é um país viável. Tem a ligação europeia e a parceria com países de língua portuguesa, como o Brasil. Mas tem de fazer o trabalho de casa e ser avaliado. E isso não tem acontecido nos últimos dez anos”

>> **continuação da página anterior**

pesas continua a ser um problema (porque não conseguimos competitividade suficiente para diminuir a nossa dívida externa, nem eficiência suficiente para melhorar a nossa posição interna), não há dúvida que os investidores internacionais estão à espera de uma avaliação da eficiência da despesa pública. Isto é feito, por exemplo, num livro recente do Banco de Portugal, mas de uma forma ainda muito teórica: o cidadão não sabe.

Como o dinheiro é gasto...

Não sabe. Por exemplo, estamos aqui num laboratório do Estado. Estamos a preencher o SIADAP e temo-nos batido como leões para ter “excelente” no SIADAP (sistema de avaliação de desempenho na função pública), porque acreditamos na auto-avaliação do trabalho dos investigadores e no que estamos a fazer

UM ECONOMISTA NA INVESTIGAÇÃO TROPICAL?

Braga de Macedo, 63 anos, tem um extenso currículo académico. Passou pelo segundo governo de maioria absoluta de Cavaco Silva, entre 1991 e 1993. E está hoje à frente do Instituto de Investigação e Ciência Tropical, instituição com 200 pessoas, 100 das quais investigadores: “A economia aqui é pequenissima: o que consegui foi duplicar o número de economistas. Agora há mais um.” O instituto trabalha no quadro dos países lusófonos e está ligado ao desenvolvimento económico: “Sou de macroeconomia, mas sempre gostei do desenvolvimento.” Desde 2003, o ICIT tem recrutado mais profissionais jovens e integra redes de conhecimento europeias, trabalhando no quadro da CPLP. “Somos obreiros do conhecimento mútuo”, diz Braga de Macedo, criticando a falta de atenção que Portugal presta à lusofonia. “Continua a ser feita muito com base nas recordações, mas há um conhecimento mútuo, um potencial enorme para as universidades e as empresas: mas sem a atenção do governo não dá.”

para o público. Mas este tipo de avaliação está ainda na infância. Aquilo que faria mais para os investidores não são slogans do tipo “o investimento público vai salvar-nos”, porque isso foi o que disse o Keynes, que era professor da minha tia. Não é essa a ideia. A ideia do endividamento, mesmo em moeda nacional, tem de basear-se no seu efeito, que deve ser avaliado caso a caso.

E esse efeito não está a ser visto?

Não faz parte da tradição da política orçamental. Por isso comecei por falar nos respectivos procedimentos. Se houver um aumento substancial do poder do ministro das Finanças, ou de um governador do Banco de Portugal que seja absolutamente insuspeito no que toca a favores, isso cria logo credibilidade junto dos investidores e dos contribuintes. Não quero voltar à Grécia, mas quando estava na Comissão Europeia era quase assim: uma vez o senhor estava no banco central, depois ia para o Ministério das Finanças, depois vice-versa, e sucessivamente. Isso é muito mau.

O problema de governo das instituições em Portugal rivaliza com o do défice?

Para mim, tão importante como o Orçamento nos seus números vai ser a reforma dos procedimentos, feita de maneira que se perceba que é séria. E preparar uma situação que parece ter de ser resolvida: se por fim tivermos um membro no Banco Central Europeu [Vitor Constâncio], escolher quem vai conseguir dar a cara pela política monetária, mas também pelo aconselhamento em matéria de supervisão e política orçamental que o Banco de Portugal tem de dar ao governo. Neste momento, acho que as agências de rating e os investidores vão olhar tanto para as disputas partidárias propriamente ditas como para eventuais ligações pessoais entre responsáveis pela condução da política económica portuguesa. São coisas subtis mas importantes.

No caso do governador Vítor Constâncio, pensa que boa parte das críticas vêm dessa ligação pela cor política ao governo?

O actual governador é um homem com interesse pela universidade. Teve uma carreira partidária importante e depois teve uma experiência bancária que foi decisiva, porque lhe deu o que o académico não tem: o real time. Teve isto tudo. E mesmo assim apanhou o tsunami da supervisão financeira, que não teve consequências más, mas que, como com

outros banqueiros centrais, o levou a dizer: “Não me tinham falado sobre isto.” Não vejo tanto a questão da cor política, porque o Banco de Portugal ajudou governos que não eram socialistas. É quando se tem de substituir a pessoa, qual é o universo para o qual se olha. Se o universo forem só os boys – ou as girls, não se vê porque não podemos ter uma governadora (há agora uns testes feitos em Cambridge, de neurobiologia, que mostram que o sentido do risco pode ser maior nos homens, mas o sucesso financeiro muitas vezes é maior quando se consegue combinar o sentido do risco com o cuidado feminino) –, diria que a questão da cor é importante quando leva a que nem sequer se considerem outras pessoas. A independência sem competência não é credível. E a competência não traz independência. Não se olha suficientemente para o universo, e estou convencido de que há pessoas próximas do PS que poderiam ambicionar o lugar de governador e até gostariam.

Também se poderia olhar para si...

Eu era e sou académico e, embora me interesse muito por esta área, não estou realmente nesse campeonato. Mas há várias pessoas, até socialistas, que seriam escolhas muito naturais. No entanto, tenho praticamente a certeza de que não vão sequer ser consideradas. Muito embora sejam da cor, não o são.

Mas quem?

Antigos ministros das Finanças de governos socialistas, quer do actual primeiro-ministro, quer do anterior. Quer que eu faça um desenho ou uma caricatura?

Não é preciso. Já percebi que estamos a falar de Campos e Cunha.

Mas neste momento penso que vai ser encontrada uma solução orgânica: encontrar alguém mais velho, mais calado. E até pode não ser da cor. Essa sua ideia da cor não é o ponto, mas sim o pool. Quando tive de tomar essa decisão, tinha um pool de uma dúzia de nomes a propor ao primeiro-ministro. E foi uma agonia, devido à questão do equilíbrio entre bom senso e competência técnica.

De volta às contas. Parece claro que é contra os investimentos públicos e...

Não contra todos, mas esta ideia de que o investimento público vai resolver o problema é de um simplismo muito enganador. E cria a tal ideia de que paga outrem, o que não é verdade: pagamos nós.

E é possível corrigir défice e cumprir as expectativas de todos (Bruxelas, investidores, agências e ratings) sem

subir impostos e com um crescimento económico que se espera baixo?

Acho que é impossível responder a essa pergunta, que não é surpreendente porque o entrevistador tem de fazer as perguntas mais absurdas. O importante aqui é encontrar sinais que permitam que se perceba que Portugal está a fazer o seu melhor. Toda a gente entende que, num país em que a despesa pública é mal avaliada, aumentar impostos é mau. E depois há que decidir que impostos vão subir. Se calhar brincou-se de mais com o IVA: o timing da descida não me preocupou, mas, talvez porque se desceu, negar durante seis meses que a crise nos afectava foi mau para a credibilidade da política. Ora, mais que meter-me nos cálculos que andam por aí com muita popularidade, digo: não é no meio de uma recessão que se vai crescer. Mas também não há dúvida que pode ser no meio de uma grande recessão que se fazem as grandes reformas. E não é nessa altura que se vão interromper. A sensação que eu tenho é que há um pacto com o Diabo no Parlamento, em que todos os partidos dizem: “Vamos todos ficar contentes desde que ninguém possa acusar o

